

Coligação Mudança de Verdade – PT e PCdoB

Diretrizes do Plano de Governo

Kátia Maria governadora
Nivaldo dos Santos – Vice

A **Coligação Mudança de Verdade**, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), apresenta à sociedade goiana a candidatura da Professora Kátia Maria para Governadora de Goiás e do Professor Nivaldo Santos para Vice-Governador e fazem o compromisso de promover uma **gestão integrada, descentralizada e participativa** à frente do Governo de Goiás nos próximos anos, a partir de 1º de janeiro de 2019. A Coligação Mudança de Verdade vem para romper o modelo de gestão conservadora e excludente que há décadas predomina em Goiás, marcado pelo coronelismo dos caiados, pelas gestões do PMDB, por 16 anos e, na seqüência, pelo PSDB, nos últimos 20 anos.

Queremos mostrar ao povo goiano que outro modelo de gestão, capaz de integrar as diversas políticas públicas, é possível. Um modelo pensado de forma transversal, que articule as diversas áreas, busque melhorar a oferta dos serviços públicos e a qualidade de vida da população. Nele, o Estado cumpre sua competência administrativa, elabora e executa políticas do bem viver para todas as pessoas, combate a corrupção e os privilégios administrativos, descentraliza os serviços e as oportunidades, promove a distribuição de renda a partir do fortalecimento dos municípios. Nesse modelo, as políticas serão formuladas e executadas com base nos pilares transdisciplinares para possibilitar o desenvolvimento local sustentável.

Temos a convicção que somente uma gestão integrada é capaz de apresentar soluções para os principais problemas estruturais e conjunturais que afligem os goianos, observados sob três aspectos: 1 - vulnerabilidades que as cidades e a população vêm enfrentando em função do modelo de desenvolvimento econômico com concentração de renda e falta de oportunidades para o povo e desequilíbrio ecológico; 2 - as

formações políticas e instâncias executivas parecem incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações; 3 - esgotamento do modelo de gestão que concentra, precariza, privatiza e terceiriza os serviços públicos.

A metodologia que nos permitiu elaborar e propor as diretrizes do Plano de Governo da Coligação Mudança de Verdade tem como base: 1 - nos diversos encontros regionais realizados pelo Partido dos Trabalhadores no segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018, que objetivaram a organização partidária, a realização de debates sobre a realidade dos municípios, e a apresentação de propostas de políticas públicas com ampla participação popular; 2 - nos documentos elaborados pelos diversos setoriais que compõem a estrutura orgânica do Partido dos Trabalhadores; 3 - no diagnóstico da situação atual do Estado, elaborado por grupos de trabalho compostos por dirigentes partidários, intelectuais, técnicos e especialistas em gestão pública; 4 - nos eixos do Plano de Governo que o PT para governar o Brasil nos próximos anos; 5 - nas colaborações feitas por entidades representativas de diversos segmentos sociais e de classe; e 6 - na contribuição do Partido Comunista do Brasil, que passou a compor a Coligação Mudança de Verdade. Assim, o Plano de Governo da **Coligação** foi construído de forma participativa e permanece aberto às contribuições da sociedade ao longo do processo eleitoral.

Goiás, um estado que precisa de mudança de verdade

O estado de Goiás possui uma população estimada em 6.778.772 habitantes (IBGE, 2018), segundo mais populoso da Região Centro-Oeste, com uma taxa média de crescimento anual de 1,83% (Instituto Mauro Borges, 2016), com projeção, para 2030, de 7.712.596 habitantes. É um estado caracterizado por desigualdades regionais e pela concentração da renda e da riqueza, que são conseqüências da combinação de um modelo conservador e concentrador na política, na economia, na distribuição de bens e serviços produzidos no Estado.

Ao longo do tempo há um predomínio das forças conservadoras na condução política e administrativa do Estado, o que tem contribuído para aprofundar as

desigualdades sociais e regionais, que são agravadas pela intensa concentração da renda. Os recursos públicos não têm sido utilizados para promover a justiça social. Há uma apropriação contínua desses recursos para garantir os interesses das forças conservadoras, por meio do aparelho de Estado. A Coligação Mudança de Verdade vai alterar essa lógica perversa e excludente que não pode mais continuar traçando dos destinos do povo goiano.

O Plano de Governo da **Coligação Mudança de Verdade** está fundamentado em 05 (cinco) eixos: 1 – Garantir a soberania do Estado e promover uma gestão democrática e integrada; 2 - Iniciar uma nova era de cidadania e de políticas afirmativas em Goiás; 3 – Liderar um novo pacto goiano para a promoção de direitos sociais, de forma transversal e participativa; 4–Implantar um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Goiás; e 5 – Promover a transição ecológica para nova sociedade. A partir desses, apresentamos um conjunto de ações que nortearão a gestão da Coligação à frente do governo de Goiás.

1 – Garantir a soberania do Estado e promover uma gestão democrática e integrada

Nos últimos anos a gestão pública em Goiás foi terceirizada, os serviços se tornaram mais caros para a população e as respostas estão muito aquém das demandas da sociedade. A soberania conferida pelo povo aos governantes deve prevalecer em relação aos interesses de terceiros. A gestão pública deve criar os instrumentos para promover o desenvolvimento integral do Estado. A Coligação Mudança de Verdade vai tornar, por meio desses instrumentos, as ações eficientes e eficazes na gestão dos bens e serviços públicos.

- a) Promover uma relação democrática com participação popular e setores organizados da sociedade, abrindo canais de comunicação, interlocução e consulta para tomadas de decisões relevantes para o Estado.
- b) Democratizar e fortalecer os diversos meios de comunicação, incluindo as mídias alternativas, que atuam em Goiás.

- c) Fortalecer os instrumentos de fiscalização e combater a corrupção e todas as formas de privilégios no uso dos bens e serviços públicos.
- d) Resgatar a capacidade administrativa e execução das funções públicas do governo.
- e) Garantir a transparência dos atos e informações públicas.

2 - Iniciar uma nova era de cidadania e políticas afirmativas em Goiás

Após o advento da Constituição de 1988 a sociedade brasileira foi beneficiada por várias iniciativas que objetivavam assegurar a garantia de uma cidadania plena. Contudo, desde lá, muitas leis ficaram apenas no papel. Com os Governos Lula e Dilma, muitas leis foram ganhando consistência (inclusão de negros e quilombolas, acesso dos pobres ao ensino superior, acesso a políticas de renda e de aposentadoria, apoio às famílias de pessoas desaparecidas, indenização dos perseguidos políticos, educação para os direitos humanos). Todas as estatísticas demonstram que a garantia de direitos proporcionou a inclusão social e a emancipação cidadã de mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras em todo o país e, em especial, no estado de Goiás. Porém, a partir de 2016, com o golpe articulado pelas forças conservadoras, aqui representados pelo PSDB, DEM, MDB, houve um rápido desmonte das principais políticas de inclusão social no Brasil e em Goiás. O objetivo de um governo democrático e participativo deve se pautar pela defesa dos direitos humanos e assegurar uma forte participação da sociedade civil nas formulações das políticas de afirmação de direitos e cidadania.

- a) Promover políticas para as mulheres visando à igualdade de gênero.
- b) Promover políticas de igualdade racial.
- c) Promover os direitos das juventudes.
- d) Promover a cidadania LGBTi+.
- e) Priorizar a primeira infância.
- f) Promover os direitos dos idosos.
- g) Promover a inclusão das pessoas com deficiência.

- h) Promover os direitos dos povos do campo, das florestas e das águas.
- i) Defender os direitos dos consumidores.
- j) Modernização do sistema de justiça para garantia de direitos
- k) Implantação de políticas de renda básica para a promoção da cidadania

3 – Liderar um novo pacto goiano para a promoção de direitos sociais, de forma transversal e participativa

Para reverter as desigualdades locais e regionais, é necessário um pacto cooperação e colaboração entre os governos estadual e municipais a fim de garantir os direitos sociais e a qualidade de vida dos goianos. Assim, é fundamental:

- a) Promover uma educação voltada para o desenvolvimento das pessoas e do Estado.
- b) Garantir saúde pública e de qualidade como direito fundamental.
- c) Superar a pobreza e fortalecer a assistência social.
- d) Garantir segurança pública cidadã.
- e) Valorizar a cultura para garantir a democracia, a liberdade, afirmar a diversidade e efetivar direitos.
- f) Implantar agenda de futuro para o esporte.

4 – Promover um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Goiás

A estruturação de um novo modelo de desenvolvimento passa pela renovação e ampliação da capacidade de produção e de consumo, fundada em novos paradigmas tecnológicos e produtivos, sustentáveis ambiental e socialmente. Esse novo modelo deve se voltar para o atendimento das necessidades do povo goiano, objetivando: a geração de empregos e oportunidades para todos, a integração e cooperação entre os agentes públicos e privados para reduzir as desigualdades regionais, o desenvolvimento de políticas de investimentos e fomento às atividades econômicas das famílias no campo e nas cidades, o restabelecimento do equilíbrio tributário, do desenvolvimento das ciências e das inovações tecnológicas. Para implantar esse novo modelo é necessário:

- a) Criar um plano emergencial de emprego, recuperação da renda e do crédito.
- b) Implantar uma política estadual de desenvolvimento regional, territorial e local: redução das desigualdades.
- c) Emprego, ocupação e renda para todos.
- d) Planejar, coordenar e garantir financiamento do investimento público.
- e) Promover finanças saudáveis com tributação simplificada e justiça social.
- f) Desenvolver estratégias de expansão e descentralização industrial, com infraestrutura e inovação com sustentabilidade ambiental, social e regional.
- g) Investir em ciência, tecnologia e inovação.

5 - Transição ecológica para nova sociedade do século XXI

O Plano de Governo da Coligação Mudança de Verdade propõe uma transição ecológica para superar o atual modelo de desenvolvimento e recuperar o Bioma Cerrado. Queremos um Estado em que as práticas, tecnologias e inovações verdes ajudam a transformar a crise ambiental em oportunidades para o viver bem do povo goiano e de toda a humanidade. Cabe ao Estado promover investimentos em agroecologia e na mudança da estrutura produtiva para garantir um futuro moderado e sustentável em que todos possam respirar ar limpo, beber água potável, comer alimentos saudáveis, usufruir de rios e lagos salubres, viver com saúde, ter empregos dignos e se orgulhar de suas raízes, sejam elas da cidade ou do campo. Goiás tem um papel determinante para viabilizar o processo de transição ecológica. Numa relação integrada e complexa, o desenvolvimento de qualquer um dos entes federados dependerá sempre da sua relação interna e externa com as partes que formam um sistema completo. Só haverá desenvolvimento estadual se os municípios também se desenvolverem.

- a) Promover economia de baixo impacto ambiental, alto valor agregado e tecnologicamente avançado.
- b) Promover o direito humano à água e ao saneamento.
- c) Viver bem nas cidades.
- d) Garantir o direito à moradia.
- e) Articular as políticas de desenvolvimento urbano: nas regiões metropolitanas, nos pequenos e médios municípios.
- f) Implantar políticas de mobilidade e acessibilidade urbana.
- g) Fazer a gestão de resíduos.
- h) Viver bem no campo
- i) Produzir alimentos saudáveis.

- j) Implantar os programas de renda familiar, em Goiás, criados pelos governos Lula e Dilma, de forma autônoma, sem privilégios nem seletividade de municípios.
- k) Implantar os programas de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar nos municípios
- l) Democratizar o acesso à terra.
- m) Desenvolver políticas para o agronegócio, de modo a reduzir os danos socioambientais.
- n) Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica.
- o) Desenvolver políticas de inclusão social dos pescadores.
- p) Desenvolver uma nova governança para a transição ecológica no Estado.
- q) Promover políticas de educação ambiental.
- r) Incentivo ao consumo sustentável e responsabilização coletiva.

Coligação Mudança de Verdade.